

PROGRAMA 2058

DEFESA NACIONAL

A Política de Defesa de um país determina a capacidade estatal de oferecer proteção ao seu povo e de garantir a não ingerência externa em seu território. Na Política Nacional de Defesa (PND), a Defesa Nacional é conceituada como o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

A Política de Defesa Nacional está inserida no Plano Plurianual 2016-2019 por meio do Programa Temático 2058 – Defesa Nacional, composto por objetivos, metas e iniciativas que se materializam pela ação integrada do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, dos Comando Militares e das demais unidades que integram a Administração Central do Ministério da Defesa (MD). Esse Programa está alinhado à Diretriz Estratégica do Governo Federal de garantir a defesa nacional e a integridade territorial; promover a defesa da paz, dos direitos humanos; e de cooperação com as nações.

A principal estratégia adotada para a evolução da Política de Defesa é a implementação de medidas que visam à elevação do poder de dissuasão do Estado Brasileiro e da capacidade operativa das Forças Armadas, condições obtidas por meio do adestramento das tropas; da capacitação dos profissionais de defesa; do aparelhamento das Forças Armadas; do desenvolvimento da Base Industrial de Defesa; da melhoria da infraestrutura das organizações militares; do desenvolvimento de capacidades estratégicas nas áreas cibernética, nuclear e espacial; e do aperfeiçoamento dos sistemas de comunicações, comando, controle, inteligência e segurança da informação.

PRINCIPAIS RESULTADOS

No âmbito do PPA 2016-2019, foram instituídos cinco indicadores principais para acompanhamento da Defesa Nacional, sendo três relacionados à prontidão, disponibilidade e operacionalidade de cada Força, um relacionado ao monitoramento do espaço aéreo e o último relacionado à participação da Base Industrial de Defesa (BID) no Produto Interno Bruto (PIB).

O Índice de Operacionalidade da Força Terrestre, em 2017 foi de 78,26%. O Índice de Disponibilidade da frota Força Aérea Brasileira, alcançou 40,19%, uma pequena queda em relação ao resultado de 2016 (41,11%). O Índice de Meios Operativos da Marinha teve uma evolução de 44% (2016) para 47% (2017).

Com relação ao Índice de Monitoramento do Espaço Aéreo, o valor manteve-se estável no patamar de 93,13%. Por fim, a Participação da BID no PIB teve ampliação, de 0,1254% em 2016 para 0,130% em 2017.

PROMOÇÃO DA MULTILATERALIDADE INTERNACIONAL NA ÁREA DE DEFESA

O MD busca fomentar a projeção do País no cenário internacional na área de defesa, assim como promover os interesses brasileiros em fóruns internacionais relacionados às questões estratégicas do setor.

Sob a perspectiva bilateral, destaca-se a realização de reuniões, no biênio 2016 – 2017, com Alemanha, Angola, Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, China, Colômbia, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos, França, Guatemala, Índia, Mauritânia, México, Peru, Portugal, Rússia e Suécia. Nessas oportunidades, buscou-se estabelecer ou incrementar parcerias na área de defesa, com vistas a fortalecer a base industrial de defesa brasileira.

Em 2017, foi assinado um Acordo de Cooperação em Defesa com a Indonésia, o qual contemplou o intercâmbio de delegações de alto escalão civis e militares; o desenvolvimento de recursos humanos por meio do ensino e do treinamento; e o aumento da cooperação da indústria de defesa de interesse mútuo, especialmente nas áreas de equipamento de defesa e serviços, apoio logístico, questões de exportação de produtos de defesa, transferência de tecnologia, pesquisa, produção e marketing conjunto.

RECURSOS HUMANOS PARA AÇÕES NECESSÁRIAS À DEFESA NACIONAL

Na dimensão humana, são prioridades do período de 2016-2019 a manutenção, o aprimoramento, a captação, a formação e o aperfeiçoamento dos servidores civis e militares do MD, assim como a adequação e a racionalização dos efetivos militares.

Nos dois primeiros anos do atual PPA foram capacitados 7.765 servidores civis da Administração Central do Ministério da Defesa; do Censipam; da Escola Superior de Guerra; do Hospital das Forças Armadas; e dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; sendo 5.378 em 2016 e 2.387 em 2017. O Exército Brasileiro capacitou cerca de 18.013 militares de diversos cargos e funções em 2017. Nesse mesmo ano, o Comando da Marinha formou e a capacitou 23.295 militares e servidores civis para o emprego em atividades de natureza técnico-profissional, perfazendo um total acumulado, no biênio, de 40.319 pessoas treinadas. Por fim, no Comando da Aeronáutica foram capacitados 14.377 militares, nos cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais; Comando e Estado-Maior e Altos Estudos de Política e Estratégia, realizados pela Universidade da Força Aérea (Unifa); Aperfeiçoamento de Sargentos, ministrado pela Escola de Especialistas da Aeronáutica; e nos cursos de graduação em Engenharia, sob responsabilidade do Instituto Tecnológico de Aeronáutica. .

ELEVAÇÃO DA CAPACIDADE OPERATIVA DAS FORÇAS ARMADAS

No que concerne ao adestramento, em 2017, merecem destaque os exercícios singulares básicos e avançados, os exercícios combinados com países de nações amigas, as atividades de instrução militar e as operações militares.

Um marco relevante em 2017 foi a implementação dos novos centros de adestramento do Exército Brasileiro (CA-Leste e CA-Sul), que possibilitou maior capacidade de realização de exercícios e a criação de uma nova sistemática de treinamento de tropa nos Comandos Militares Regionais. No que tange à meta de aprimorar e promover o treinamento anual de 80,1% do efetivo das unidades operacionais do Exército, foi alcançado em 2017 o valor de 80,0%.

A elevação da capacidade operativa dos meios e efetivos do Comando do Exército compreende, também, o Serviço Militar, que incorporou efetivamente 93.192 jovens às três Forças Armadas.

No que diz respeito ao adestramento, no âmbito do Comando da Aeronáutica, a Força realizou, em 2017, a Operação Ostium, destinada ao reforço da vigilância do espaço aéreo sobre a fronteira do Brasil, na Região Sul e Centro Oeste; além das Operações Guarani e Caxiri, que tiveram como plataforma de apoio à aeronave KC-390.

No que tange à meta de reduzir o período médio entre treinamentos em simulador de voo das tripulações operacionais de 30 para 24 meses, cabe destacar o seu completo alcance já no ano de 2017.

Com relação à meta de elevar para 65% o índice dos meios operativos da Marinha do Brasil na condição pronto para operar, foi alcançado o valor de 47%, em 2017.

Ainda no que tange ao adestramento das Forças Armadas, releva mencionar a participação das Forças Armadas em Missões de Paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti e no Líbano, as quais contribuíram para o desenvolvimento da doutrina e aprestamento da Força Naval.

ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DISTRIBUIÇÃO DAS INSTALAÇÕES MILITARES TERRESTRES

No que diz respeito à adequação de infraestrutura e à distribuição das instalações de organizações militares, em 2017, foram adotadas diversas ações, pelos Comandos Militares e pelo Programa Calha Norte, as quais contribuíram para a ampliação da capacidade de atuação e mobilidades das Forças Armadas.

Em 2017, foi alcançada a meta de aumentar de 50% para 60% a adequação das organizações militares na Amazônia. Também foi alcançada a meta de aumentar de 75% para 80% a adequação das organizações militares fora da Amazônia. No que tange à meta de modernizar ou revitalizar 15% das organizações militares terrestres da marinha, alcançou-se o valor de 7,52%. A meta de concluir a construção de hangar para a aeronave KC-390, está na fase de finalização do projeto, com expectativa de início das obras e conclusão ainda dentro do período de vigência do PPA.

No bojo do Projeto Sentinela da Pátria, destinado à adequação e ao aperfeiçoamento de instalações militares, foram construídas e adequadas as instalações do 6º Batalhão de Polícia do Exército (BPE), em Salvador/BA, e do 11º BPE, no Rio de Janeiro/RJ.

No tocante às obras de infraestruturas nas organizações militares da Força Terrestre, cabe destacar a adequação e a pavimentação do prédio da Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar, em Manaus/AM; do Pavilhão Hangar no 3º Batalhão de Aviação do Exército, em Campo Grande/MS; do acesso à Base Logística no Comando da 1ª Divisão de Exército, no Rio de Janeiro/RJ; e a adequação do galpão de depósito da ponte *Logistic Support Bridge* (LSB), no 9º Batalhão de Engenharia de Combate, em Aquidauana/MS.

Quanto às adequações das organizações militares das unidades do Comando da Aeronáutica, no biênio 2016 e 2017, o foco foi a adaptação e a adequação da infraestrutura das instalações, notadamente as reformas, reparos e construções realizadas em 24 organizações em 2016 e em 14 unidades militares em 2017.

Com relação à adequação da infraestrutura das organizações militares terrestres da Marinha, as principais obras realizadas em 2017 foram: a construção do prédio para apoio às pesquisas, no Instituto de Estudos do Mar, em Arraial do Cabo/RJ; a reforma do alojamento para a tripulação da Agência de Bom Jesus da Lapa, na Bahia; das instalações da Escola Naval, no Rio de Janeiro/RJ; e das instalações do Comando do 1º Distrito Naval, no Rio de Janeiro/RJ; assim como a modernização do parque de informática da Capitania dos Portos do Amapá, em Santana/AP.

No contexto do Programa Calha Norte (PCN), destacam-se a conclusão de obras, incluindo-se a recuperação total das instalações do 5º Pelotão Especial de Fronteira, do 5º Batalhão de Infantaria de Selva (5ºPEF/5ºBIS), em Maturacá/AM; a reforma dos Próprios Nacionais Residenciais (PNR) nas Vilas Navais de Manaus; o reforço estrutural dos blocos residenciais da Vila 14 Bis, em Manaus/AM; a aquisição de novas embarcações, motores de popa e equipamentos modernos de comunicações e de navegação e manutenção de navios e embarcações para controle e segurança do tráfego fluvial; e a realização de serviços de manutenção de aeronaves em proveito das atividades do PCN.

DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES NAS COMUNICAÇÕES, INTELIGÊNCIA, CIBERNÉTICA E ESPACIAL

O domínio das mais variadas tecnologias tornou-se fator determinante no desenvolvimento e soberania das nações. Os combates modernos têm se caracterizado pelo uso maciço de tecnologias e capacidades relacionadas às áreas das comunicações militares, inteligência, cibernética, espacial e nuclear.

No campo das comunicações estratégicas, visando à melhoria da capacidade operacional das Forças Armadas, foi dado o prosseguimento ao desenvolvimento de sistemas corporativos, voltados à gestão e às operações militares e implementadas novas funcionalidades nos sistemas de comando e controle. Esses Sistemas foram empregados, com sucesso, em diversas operações militares em 2017, tais como Ágata, Alta Pressão V, Paraná, Iguaçu, Laçador, Ametista e Ciclone, dentre outras.

No que diz respeito às comunicações militares, voltadas ao Comando e Controle (C2), até o ano de 2017, foram desenvolvidos vários módulos do equipamento do Sistema de Rádio Definido por Software (RDS), a exemplo da Plataforma Operacional e do Módulo de Processamento, Controle de Conversão Digital-Analógico. Com relação à meta de alcançar 50% do Projeto de Modernização do Sistema de Comando e Controle do Exército, foi alcançado o valor de 43% graças à implementação de novas funcionalidades nos sistemas de C2 Pacificador e Gerenciador do Campo de Batalha (integrante da viatura integrante da viatura Guarani).

No que se refere à segurança da informação, nas redes de comunicação do Governo Federal, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) apoiou os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta no monitoramento, detecção, análise e, quando necessário, tratamento aos incidentes de segurança ocorridos em suas redes de computadores.

No que diz respeito à Defesa Cibernética, cabe destacar, até 2017, a implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional e a ativação do Comando de Defesa Cibernética (CDCiber) e do Núcleo da Escola Nacional de Defesa Cibernética. Isso

representou um avanço de 2% do Programa de Defesa Cibernética da Defesa Nacional no biênio 2016-2017.

Na área Espacial, o Comando da Aeronáutica (Comaer) aprovou o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (Pese), o qual estabelece a estratégia de implantação a longo prazo dos subprogramas e de projetos de sistemas espaciais de defesa com uso compartilhado (duais, militar e civil), respeitadas as peculiaridades de cada sistema. Em decorrência da aprovação do Pese, foi ativado o Centro de Operações Espaciais (Cope), em 2017, com a missão institucional de controlar e empregar sistemas espaciais de interesse do MD. Atualmente, o Cope está operando o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).

No que se refere às realizações da Área Nuclear, foram observados avanços nas obras civis dos prédios e da infraestrutura que compõem o Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (Labgene), em Aramar/SP.

APARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS COM MEIOS MILITARES PARA A DEFESA NACIONAL

No que diz respeito ao aparelhamento do Comando da Marinha, em 2017, foram concluídas as obras civis do Estaleiro de Construção de Submarino; os testes com carga e a homologação para funcionamento do elevador de navios; e o sistema de transferência do Estaleiro de Construção de Submarinos. Em janeiro de 2017 foi concluído o Projeto Básico do Submarino com Propulsão Nuclear, do Programa de Desenvolvimento de Submarino (Prosub). Houve também avanços significativos nas obras das instalações do Estaleiro de Manutenção de Submarinos e da Base Naval de apoio ao lançamento do primeiro submarino convencional, previsto para o terceiro trimestre de 2018.

Com relação à meta de incorporar 10 meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, houve em 2017, o recebimento dos dois primeiros Carros Lagarta Anfíbios, resultando em 4 meios incorporados no biênio 2016-2017. No âmbito da meta modernizar 15 meios navais, aeronavais e de fuzileiros Navais, em 2017, foi entregue pela EMBRAER uma unidade modernizada do caça AF-1/1A Skyhawk, alcançando nesse biênio número de 5 meios modernizados.

Quanto ao Programa Estratégico do Exército Astros 2020, foi alcançada 44% de implantação em 2017. Houve prosseguimento do processo de aquisição de Viaturas na versão MK-6; da modernização das viaturas da versão MK3-M; do desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro, com alcance de até 300 km; do Foguete Guiado SS-40 G; e do Sistema Integrado de Simulação Astros (SIS-Astros).

Em relação ao Programa Estratégico Guarani, as principais realizações, em 2017, foram: aquisição de 61 viaturas da Nova Família de Blindados sobre rodas;; 32 sistemas de armas Remax; e a construção/adaptação da infraestrutura de Organizações Militares que estão recebendo as VBTP-MR 6x6.No âmbito do Comando da Aeronáutica, considerando a meta de adquirir 22 aeronaves Militares, foram adquiridas três, sendo uma em 2017. Além disso, até 2017 foram modernizadas 12 aeronaves militares. No que tange ao Projeto FX-2, ocorreu o primeiro voo do protótipo sueco em junho de 2017, marco inicial da campanha de ensaios da aeronave. Da meta de Atingir 44% do desenvolvimento do Projeto F-X2, foi alcançado 8,6% até 2017. Por sua vez, o Projeto AM-X teve a entrega de uma aeronave no final do exercício e as duas primeiras aeronaves KC-390 estão programadas para 2018. Quanto ao

Projeto HX-BR foram recebidas quatro aeronaves: duas na versão operacional, uma para a Força Aérea e uma para o Exército Brasileiro e; duas na versão Básica Plus para a Marinha do Brasil.

PLANEJAMENTO, PREPARAÇÃO E CONDUÇÃO DE OPERAÇÕES MILITARES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Para responder a eventuais conflitos faz-se necessário dispor de forças militares capazes de atuar de forma combinada e conjunta, dotadas de flexibilidade, versatilidade e mobilidade. Nesse sentido, os exercícios militares e as operações conjuntas são instrumentos importantes para avaliar as condições de operacionalidade das Forças Armadas. Com esse intuito, o MD realizou, nos exercícios de 2016 e 2017, operações e exercícios militares, a exemplo da Operação Ágata e dos Exercícios multinacionais Felino e Panamax. Ao todo, da meta de realizar 20 exercícios militares conjuntos, de 2016 a 2017 foram realizados oito, sendo quatro em cada ano.

No decorrer de 2017 foram realizadas 201 operações militares na faixa de fronteira, com o objetivo de reduzir a incidência de crimes transfronteiriços e ambientais e as ações do crime organizado. Essas operações resultaram na inspeção de 176.742 veículos e três aeronaves; na apreensão de 170 embarcações, 48 armas, 820 munições; 14.178 quilos de drogas; e 2.750 quilos de explosivos.

No ano de 2017, no âmbito do Plano Nacional de Segurança Pública, o Governo Federal determinou o estabelecimento de ações de apoio ao Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Espírito Santo, com o emprego de tropa das Forças Armadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

Ainda no exercício de 2017, os efetivos militares também atuaram nas Operações Varredura, por solicitação dos respectivos governadores, nos Estados de Rondônia, Amazonas, Roraima, Acre e Pará, em articulação com as Forças de Segurança Pública locais e com o apoio de agentes penitenciários, em revistas de estabelecimentos prisionais.

No âmbito internacional, ressalta-se, em 2016 e 2017, a participação de dois contingentes, a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil) e a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah), esta última iniciada no ano de 2004 e encerrada no segundo semestre de 2017.

Por fim, com relação à integração os Centros Permanentes de Comando e Controle das Forças Armadas, a meta se encontra com bom andamento, destacando-se a disponibilidade plena no intercâmbio de imagens pelo Portal de Inteligência Operacional (PIOp), com excelente qualidade na troca de arquivos com até 1GB de dados.

MONITORAR E DEFENDER O ESPAÇO TERRESTRE, AÉREO E DAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS

No que se refere à Defesa Terrestre, o Exército Brasileiro tem como um dos principais instrumentos de atuação o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron). Em 2017, a prioridade do Comando do Exército foi avançar na implantação do Projeto Piloto do Sisfron, no Mato Grosso do Sul, tendo sido concluídas as obras de construção de dois

Pelotões Especiais de Fronteira. Com os avanços da implantação na 4ª Bda CMec (projeto piloto) e na 18ª Bda Inf Fron, atingiu-se 50% de implantação do Sisfron no Mato-Grosso do Sul. Nos Estados do Acre, Mato Grosso, Rondônia, Paraná e Santa Catarina, alcançou-se o valor de 1,16% de implantação do Sisfron até 2017.

Em relação ao monitoramento e controle do espaço aéreo, houve elevação da cobertura de vigilância aérea no território nacional de 53,48% em 2016, para 68,2% em 2017. Cabe mencionar ainda, a modernização de cinco radares de terminal e as atividades de especificação e delineamento para a substituição de outros cinco radares nos anos de 2018 e 2019. Quanto ao Programa Estratégico do Exército de Defesa Antiaérea (PrgEE DA Ae), alcançou-se a implantação de 23 dos 30 módulos completos previstos para todo o período do PPA.

O monitoramento e defesa das Águas Jurisdicionais Brasileiras teve como principal destaque, em 2017, a reestruturação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAZ), tendo sido priorizadas as áreas marítimas dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Ao todo, foram realizadas 120 operações de fiscalização das águas jurisdicionadas, superando a meta do PPA, que consistia em 100 operações.

Por fim, no âmbito da meta de ampliação do conhecimento cartográfico da Amazônia, até o ano de 2017, foram entregues os produtos referentes ao estado do Amapá, correspondentes a 90 mil km² de imagens processadas, que foram imageadas no ano de 2016.

DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS E DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA

Em 2017, a Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel) deu continuidade aos processos de recuperação e modernização do parque fabril, aumento da capacidade produtiva, assim como intensificou a pesquisa e o desenvolvimento de processos e produtos inovadores para atender às atuais e futuras necessidades das Forças Armadas.

Na área aeroespacial, o Projeto KC-X, que visa a capacitação tecnológica da indústria aeroespacial brasileira para desenvolver e produzir aeronaves de reabastecimento de voo, encontra-se na última fase de detalhamento e certificação. Em 2017 foram realizadas campanhas de ensaios em voo e para 2018, estão previstas a certificação de duas aeronaves protótipos e o prosseguimento dos ensaios para certificação das funcionalidades de emprego militar.

Por fim, destacam os seguintes resultados obtidos até 2017, em relação às metas para a promoção do desenvolvimento de tecnologias e da BID: implantação de 3,4% do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba-RJ (PCTEG); alcance de 97% do programa de ensaios e a certificação da aeronave KC-390; alcance de 96% de desenvolvimento do míssil A-DARTER; Catalogação de 80% dos Produtos de Defesa, de acordo com o padrão internacional do SOC/OTAN. Não houve avanço quanto às metas de ampliação do volume de exportações da BID e de conclusão do Projeto de Enlace de Dados Ar-Ar e Terra-Ar.

COOPERAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL, A DEFESA CIVIL E A SOCIEDADE

Em caráter complementar às suas atribuições constitucionais, as Forças Armadas realizam ações que contribuem com o desenvolvimento nacional, atuando em diversos segmentos da sociedade, na realização de ações em prol da educação, desenvolvimento nacional e da defesa civil.

No âmbito dessas ações, destacam-se os seguintes resultados: formação de 8.066 jovens egressos do Serviço Militar, em 2016, e 5.747, em 2017, no âmbito do Projeto Soldado-Cidadão; capacitação de 11.154 alunos pelo Programa de Ensino Profissional Marítimo, sendo 9.047 aquaviários e 2.107 portuários; participação de 1.402 estudantes universitários no Projeto Rondon no biênio 2016-2017; atendimento de aproximadamente 23 mil crianças e adolescentes em 93 municípios, a partir da participação de 175 organizações militares do Exército, Marinha e Aeronáutica no âmbito do Programas Forças no Esporte, em 2017.

No que concerne ao desenvolvimento regional, em 2017, conseguiu-se atender 76,8% dos municípios na área de abrangência do Programa Calha Norte com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas áreas de segurança e defesa, economia, educação, saúde, social, transportes e esportes. Isso representou a superação da meta inicialmente prevista para o final do PPA, que era de 75%.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Em que pese a evolução dos objetivos do Programa 2058, há necessidade de redimensionamento de parte das metas, visto que o agravamento da crise fiscal nos exercícios de 2016 e 2017 prejudicou o planejamento inicial, realizado em 2015, ainda que se tenha adotado prudência no estabelecimento dos percentuais e quantitativos das metas a serem alcançados ao final de 2019.

A revisão adotada em 2017 ficou restrita às metas cujos valores previstos no PPA, em 2016 e 2017 fossem inferiores aos das Leis Orçamentárias Anuais desses exercícios. Ocorre que os referenciais monetários definidos para o PPA ficaram aquém das necessidades reais do Órgão, impossibilitando a revisão de parte das metas que necessitavam de reestimativa.

Dessa forma, ressalta-se a necessidade de um processo mais abrangente de revisão de metas, a fim de se adequar a programação dos objetivos do MD à nova realidade fiscal do País.